



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2004.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo número regimental, suspendo a reunião e convoco sua continuidade para amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 1, 2, 3 e 4, de 2004.

Há número regimental para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Peço ao Deputado Claudio Cajado que faça a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Expediente encaminhando solicitação de retificação em emendas:

1. Ofício nº 8, de 12 de fevereiro, do Deputado Júlio Cesar, solicitando a retificação da Emenda nº 1246.0014, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o exercício de 2004/2007.

A solicitação foi indeferida por contrariar o inciso VI do art. 7º das normas aprovadas para a apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004/2007, conforme informação do Relator, Senador Roberto Saturnino.

Expediente encaminhando indicação para o colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão:

1. Ofício nº 230, de 12 de fevereiro, do Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Partido dos Trabalhadores, indicando o Deputado Gilmar Machado como representante da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

1. Ofício nº 1.038, de 10 de fevereiro, do Senador Magno Malta, justificando sua ausência no dia 27 de janeiro e 3 e 4 de fevereiro.

O Presidente indeferiu a justificativa referente à ausência do dia 27 de janeiro por não atender ao estabelecido no art. 10 do Regulamento Interno da Comissão e deferiu a ausência nos dias 3 e 4 de fevereiro.

2. Fax encaminhado do gabinete do Deputado Jovair Arantes, de 10 de fevereiro, justificando sua ausência no dia 4 de fevereiro.

3. Ofício nº 63, de 10 de fevereiro, do Deputado Silas Brasileiro, justificando sua ausência no período de 26 a 30 de janeiro.

4. Ofício nº 22, de 12 de fevereiro, do Senador Leonel Pavan, justificando sua ausência no dia 12 de fevereiro.

5. Ofício nº 29, de 13 de fevereiro, do Deputado Pedro Chaves, justificando sua ausência no período de 13 a 19 de fevereiro.

6. Ofício nº 1.064, de 13 de fevereiro, do Senador Magno Malta, justificando sua ausência no dia 10 de fevereiro.

Está lido o expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Ordem do Dia.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30, de 2003, que “*dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007*”. Relator: Senador Roberto Saturnino.

Foram apresentadas 2.423 emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O voto foi favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

O Presidente da Comissão declarou inadmitidas as emendas apontadas pelo Relator, conforme o estabelecido no art. 8º, alínea o, do Regulamento Interno.

Vai ser iniciada a discussão.

O prazo para apresentação de destaques havia sido aberto na semana passada, extraordinariamente, por consenso do próprio Plenário. Portanto, estará encerrado no fim da discussão.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, nobre Relator, Senador Roberto Saturnino, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, este relatório merece ser analisado sob alguns aspectos.

Tivemos oportunidade, como integrantes da Comissão, de acompanhar detidamente a elaboração da Lei Orçamentária para 2004 — o atual exercício — e do PPA. Em vez de o votarmos preliminarmente, pelos atropelos dos acontecimentos, a Lei Orçamentária preponderou, criando desconforto, haja vista que não poderíamos votar o Orçamento, e o estamos executando sem serem estabelecidas as metas para as quais terá de ser executado. Isso, por si só, demonstra que o Congresso Nacional e, por conseguinte, o Executivo já estão incorrendo em erro.

Por outro lado, fomos surpreendidos, no decorrer de janeiro e agora, com contingenciamento sobre o qual nem decreto existe ainda. Mas todos abordam a temática, inclusive os próprios Ministros, já que vão à mídia — televisões, rádios, jornais — expor detalhadamente o corte do orçamento de cada Ministério.

Ora, Sr. Presidente, como votar um plano de metas tendo sido aprovado um Orçamento, que, no início da sua execução, já sofre cortes? É óbvio que este PPA, por si só, está fulminado de morte, porque estaremos prevendo algo que já está sendo executado. É letra morta. Daí por que é necessário rever alguns pontos.

Porém, há de se ressaltar que o nobre Relator expõe, em seu relatório, dado importantíssimo, que não podemos relegar a segundo plano. Pelo contrário, temos de deixá-lo em evidência e chamar a atenção não apenas da Comissão, do Congresso Nacional, mas da própria Nação para a corajosa iniciativa de colocar o superávit primário em reta declinante ao longo da execução do PPA.

Essa é uma aspiração de toda a base produtiva brasileira, industrial e comercial, assim como de toda a classe trabalhadora, que amarga um dos maiores índices de desemprego da história republicana. Se não tivermos a certeza de que o superávit primário terá de ser anualmente regredido, estaremos condenando o setor produtivo, a classe trabalhadora, os funcionários públicos, enfim, o País a um futuro incerto e inglório.

Ainda que constatemos que procedimentos errôneos fulminam de morte a possibilidade de execução do PPA, pelos motivos anteriormente expostos, damos à iniciativa do Senador Saturnino nosso voto favorável. Por quê? Porque o País não poderá, se continuar praticando o atual superávit primário, suportar esta recessão, esta quebradeira, este desemprego, principalmente, a exclusão social cada vez maior da parcela da população que o Governo, por compromisso de campanha, tinha a obrigação de atender.

Sr. Presidente, desejaríamos que o relatório fosse não apenas votado, mas aprovado, porque consideramos essencial, para que o País volte a crescer, que tenha como meta prioritária a inclusão social de tantos brasileiros. Principalmente neste momento, quando o Nordeste está em estado de calamidade, não podemos apenas ouvir notícias de boas intenções, transmitidas através dos meios de comunicação. Estados e Municípios estão recebendo pouquíssima ajuda do Governo Federal para a reconstrução dos estragos causados pelas chuvas e para assistência às vítimas das enchentes.

Sr. Presidente, o tempo é fatal. Parabenizo o Relator pela coragem que teve de expor o relatório à Nação e de mantê-lo inalterável, fazendo uma trajetória declinante do superávit primário. O futuro lhe fará justiça.

Nós, do Partido da Frente Liberal, votamos favoravelmente ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esclareço ao Plenário que o orador terá 5 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, começo meu pronunciamento elogiando nosso Relator pelo difícil trabalho realizado. Tivemos tarefa hercúlea, pois elaboramos um PPA em ano de crise. O projeto de lei enviado veio pleno de incertezas, portanto, sujeito a muitas modificações. E, mais do que isso, tivemos de simultaneamente votar a Lei do Orçamento.

Essa etapa foi vencida. E aqui cumprimento os Srs. Relatores: Senador Roberto Saturnino, já citado, e Deputado Jorge Bittar. Os 2 projetos caminharam lado a lado, e o necessário balizamento do Plano Plurianual para a Lei de Orçamento foi alcançado na prática. Então, conseguimos que esse “atraso” — entre aspas — do Plano Plurianual não repercutisse em prejuízo para o conjunto do ordenamento orçamentário para 2004.

Também saúdo o Relator pelo esforço feito para resolver o angustiante problema do superávit primário. S.Exa. buscou programar para o Plano Plurianual uma queda sucessiva. Senador Roberto Saturnino, elogio a medida, mas precisamos apostar em solução que vá um pouco além, e aquela apresentada pelo Ministério do Planejamento me seduz mais do que a oferecida por V.Exa.

O mundo espera muito do Brasil. Fomos o único país este ano que, pela primeira vez, fez com que os investimentos produtivos ocorressem dentro do superávit primário. Ou seja, o objetivo de diminuir o superávit para fazer investimentos seria substituído por solução criativa e mais eficiente, a meu ver. Assim, mantendo o superávit, parte dele seria destinado, sem alterar seu volume, para investimentos produtivos e sustentáveis.

É preciso que o Brasil aja assim até em solidariedade ao resto do mundo, que está aguardando que esse procedimento dê certo para adotá-lo. Parece-me solução mais avançada. Conseguimos, mantendo as vantagens macroeconômicas da estabilidade de um superávit mais elevado, simultaneamente ter as vantagens do investimento. Qualquer um? Não, só os sustentáveis. Se praticarmos isso adequadamente, em outros momentos, vamos ampliar não só para o saneamento, mas também para outros setores, valores mais significativos que 3 bilhões.

Essa tentativa de criatividade e ousadia deve ser saudada nesta Comissão e ter nosso voto de confiança. Por essa razão, Senador, coloco-me ao lado do seu relatório, mas não me sinto em condições de apoiá-lo, porque vejo solução melhor. Entre o bom e o ótimo, ficarei com o ótimo.

Assim, encaminho contrariamente ao relatório, elogiando o Relator pelo esforço feito. S.Exa., quem sabe, nos obrigou a buscar solução criativa, que nos vai abrir as portas para outros momentos.

Encaminho no sentido de aperfeiçoar a solução apontada por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Relator, saúdo V.Exa. pela coerência de manter sua posição com relação ao superávit. Sabemos que vários são os fatores que afetam a credibilidade do País, entre eles a cotação do dólar e os juros. Apesar do constante esforço que se faz para acalmar a feracidade do mercado, percebemos que muitas vezes outros motivos, como a notícia envolvendo o Ministro José Dirceu e seus assessores, acabam prejudicando o Brasil mais do que a expectativa da volta da inflação. Vamos sofrer mais uma dúvida do investidor externo, que certamente reagirá à possibilidade de se instalar CPI e dará como incerta a continuidade do Governo do Presidente Lula. Isso deve ser trabalhado com muita atenção.

Vejo também que sua posição em relação ao PPA é convergente com a vontade do Presidente Lula de patrocinar o crescimento econômico. O Fome Zero, assim como a geração de empregos, só vai dar certo se houver crescimento. Como há da parte do próprio Governo insistente informação à sociedade brasileira de que sem crescimento não se podem conquistar as metas prometidas na campanha, nada mais coerente do que apoiar o relatório, que promove, gradualmente, um direcionamento dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para animar a economia brasileira e promover a geração de empregos.

Vou apresentar o Destaque nº 216, Sr. Relator, sobre reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira. O destaque visa cancelar essa ação. Os recursos são da ordem de 1 bilhão e 290 milhões de reais. Proponho a supressão dessa rubrica, até porque é com esses recursos que se pretendem pagar os novos aviões do Presidente Lula. Como estamos vivendo um momento de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

incertezas, é preciso ter cautela. Acho importante a supressão, porque o Governo tomou a decisão de comprar o avião sem ter suprido o Orçamento e o PPA dessa rubrica. E devemos também cancelar a rubrica porque, em havendo qualquer infelicidade com o Ministro José Dirceu, o Presidente Lula não poderá mais viajar, pois não haverá quem governe o País. É necessário atentar para esse problema, Sr. Relator. Conto com a atenção e o parecer favorável de V.Exa. ou do Relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Obrigado.

Vamos fazer a discussão em blocos de 3 Parlamentares. Como já falaram 3 Deputados, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Claudio Cajado fez observações favoráveis à minha proposta de redução do superávit. Agradeço a S.Exa. as referências.

No que se refere ao PPA, observou o Deputado que pode haver incongruências com o Orçamento, uma vez que este teria sido cortado já no primeiro mês, mediante decreto presidencial.

Devo ressaltar que o PPA foi perfeitamente ajustado, por meio de emendas do Relator ao Orçamento de 2004. O Orçamento é autorizativo, ou seja, é uma delegação que o Congresso Nacional dá ao Presidente da República para que execute ou não despesas dentro daqueles limites. O Presidente pode não executá-las. Contingenciamento não significa cortes, mas uma suspensão da decisão de efetuar despesas. A realização das despesas é uma decisão do Poder Executivo, nos limites daquela autorização. O PPA tem de se prender ao Orçamento autorizado, não pode ser modificado por uma decisão de contingenciamento do Presidente da República.

O Deputado Virgílio Guimarães fez menção a uma solução proposta pelo Governo de realizar investimentos preferencialmente mantendo o nível de superávit fiscal primário proposto originalmente no PPA. A meu ver, essa solução ainda não se explicitou na prática. Espero que haja uma solução melhor, mas, contrariamente ao Deputado, prefiro ficar com minha proposta de redução do superávit.

O Deputado Ricardo Barros também fez observações sobre a proposta de redução do superávit. Fico agradecido. S.Exa. também se referiu à dotação de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira e apresentou um destaque para cancelar essa dotação com o pressuposto de que ela serviria para comprar o avião presidencial. Esclareço ao Deputado que, segundo informações, a proposta de reaparelhamento da FAB apresentada no final do ano passado é anterior à decisão de compra do avião presidencial. E acredito que não tem relação com essa decisão. Mas, de qualquer forma, cabe a esta Comissão decidir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Agradeço a V.Exa. as considerações.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, há raras ocasiões em que temos a oportunidade de comprovar nossas análises e fazer a correção de nossas avaliações sobre o quadro econômico e político. Esta é uma delas.

Redigi separata com a análise dos planos estratégicos de governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, concentrando-me no PPA de 1995 a 1999, que tem por título *O Plano do Fundo do Poço*. Reli-a agora e, sem falsa modéstia, fiquei envaidecido, porque, com a política de juros altos, o tempo destruiu aquelas previsões sobre política econômica centrada na abertura de conta de capitais e na crença de que os capitais externos, nessa conjuntura de abundância da globalização financeira, iriam resolver nossos problemas. Chegamos ao fim do segundo PPA, em 2003, com um crescimento de 0,3% no PIB. Levaram o País para o fundo do poço, como prevíamos nesse documento. E o mais grave: alguns indicadores são risíveis. Eles diziam que a necessidade de financiamento do setor público seria 0000, ou seja, que não teríamos déficit nominal. Diziam também que a dívida líquida total do setor público cairia de 22,5% para 15,8%. Saiu de 30% e foi para 55,5% ou 60%. Todas as previsões fracassaram.

Em função da autoridade que me confere uma avaliação política correta, observo este novo PPA. Em relação a essa proposta, chamo a atenção dos nobres pares para a ausência, tanto no Anexo I quanto na mensagem, de um comentário maior sobre a dívida. Não podemos fazer debates



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre o futuro deste País sem analisar a fragilidade da nossa economia em função dos endividamentos externo e interno. O endividamento interno, apesar de ser referenciado em reais, pela conta aberta de capitais transforma-se em externo, porque, se não há consistência para a dívida interna, esses ativos financeiros serão levados para fora. O PPA, de acordo com a Constituição Federal, foi planejado para tratar das chamadas despesas de capital. Considero amortização de dívida despesa de capital. E não há tratamento para essa questão.

Criamos uma cultura no debate orçamentário que vem desde a criação da LRF, em 2000, em que não se discutem receitas e despesas financeiras, somente as despesas primárias. Não se discutem, na Lei Orçamentária, 1 trilhão e 500 bilhões de reais, só os 400 bilhões das receitas não-financeiras. Um bilhão e 100, não, é rolagem, é ficção, quando é justamente o contrário: o real, o objetivo são as receitas e as despesas financeiras.

Por último, Sr. Presidente, quero fazer um comentário sobre o relatório do Senador Saturnino, pessoa disponível a conversar com todos. Ele se baseou num raciocínio muito simples. Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte: fizemos aqui uma revisão do crescimento da economia, de indicadores macroeconômicos a partir de uma mensagem do próprio Governo, que mandou uma correção em outubro. O que faz o Senador Saturnino? Incorpora essa revisão ao seu relatório.

O que nos diz o relatório do Deputado Jorge Bittar sobre o crescimento? É de 3,5%? Não, é de 4%. O Senador Saturnino poderia colocar 3,5% no seu relatório? É claro que não! Colocou 4%. Ora, o fundamental no discurso governamental é a manutenção da queda da relação dívida/PIB. Se essa queda se mantém — e o Senador Saturnino a mantém —, ela pode se dar de 2 formas: por meio do aumento do superávit ou por maior crescimento.

Se há um maior crescimento, ele tem condições de diminuir um pouco o superávit, que é o meio para manter em queda a relação dívida/PIB. O superávit não pode ser um fim em si mesmo. Ele não pode ser idolatrado. O superávit primário, meus caros Deputados, significa esterilizarmos os recursos financeiros. É diferente de um gasto com o servidor público, com investimento, porque o dinheiro que se tira da sociedade volta para ela. O superávit primário, não, ele é esterilizado, porque mesmo os juros são pagos com novos títulos. O capital que investe em títulos públicos quer a rentabilidade daqueles títulos.

Nesse sentido, o Senador Saturnino não fez um afrontamento à política. Ele manteve o princípio, apenas não considera como princípio o superávit, mas a redução da relação dívida/PIB. O superávit é um meio. Podemos alcançar a redução da relação dívida/PIB, que é uma fração, aumentando o crescimento. Isso aprendemos no primário, não é? Podemos diminuir uma fração ou diminuindo o numerador ou aumentando o denominador. Nós aumentamos o denominador, e a fração relação dívida/PIB está em queda.

Nesse sentido, Sr. Presidente, congratulo-me com o Senador Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, gerar um superávit primário não é um fim em si mesmo, como disse muito bem o Deputado Sérgio Miranda. Ele tem um objetivo, que é o de pagar a dívida, mostrar para os credores que há recurso reservado para pagar pelo menos os serviços da dívida. Se eu não vou amortizar a dívida, pelo menos vou pagar os serviços, os juros, não vou deixá-la crescer — esse é o objetivo. E é por isso que o FMI, na defesa dos interesses do capital internacional, cobra dos países em desenvolvimento altos superávits primários para que, assim, paguem os juros das dívidas externas.

Pois bem. O FMI, para o ano passado, estabeleceu um superávit 0,5% menor do que o oferecido espontaneamente pelo Governo Lula. Ou seja, o Governo Lula ofereceu um superávit 0,5% maior que o estipulado pelo FMI, quase desmoralizando o organismo, chamando-o de frouxo por cobrar menos do que devia, bem ao contrário do que fazem todos os países, que esperneiam e fazem queda-de-braço com o FMI para cumprir parte das obrigações contraídas.

O superávit, portanto, é para pagar a dívida. O que fez o Governo Lula, o Governo Central, ano passado? Pagou, de juros, mais de 100 bilhões. Quando se faz qualquer crítica, por mais singela que seja, ao Governo do PT, seus defensores de plantão respondem sempre que o Governo



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anterior fez a mesma coisa, como se qualquer erro do Governo anterior fosse justificativa para o do atual. E o pior é que o argumento não serve: o Governo FHC pagou de juros 42 bilhões em 2002, valor que, multiplicado por 2,5, resulta em 101 bilhões, em valores nominais — obviamente, há que se descontar a inflação. Houve, portanto, um grande aumento.

Ora, o superávit primário do PIB foi de 39 bilhões, o que significa que não deu nem para pagar os juros. Superávit de 40 bilhões e juros de 100 bilhões — porque as taxas de juros foram as mais altas das últimas décadas, mais de 20% ao ano — significaram uma diferença de 60 bilhões, que foi incorporada à dívida.

Portanto, Sr. Presidente, nem o objetivo de pagar os juros está sendo alcançado. E caímos numa armadilha, porque a dívida aumenta não só na relação com o PIB; ela aumenta porque nem os juros foram pagos. E, com isso, aumentando a dívida, aumenta a necessidade de mais juros e de um superávit maior. Não há criatividade que resolva esse problema aritmético. E é isso o que está ocorrendo no País.

Não tendo o COPOM diminuído os juros este ano — e os juros teriam de cair dramaticamente para equacionar o problema —, a situação continua, e com outro furo para o próximo ano: a dívida terá aumentado, apesar de todo o sacrifício causado pelos dramáticos cortes nos investimentos, no custeio, no Orçamento. Teremos feito um imenso sacrifício sem resolver o problema.

Por isso, nosso partido, o PSDB, saudou como um azimute em meio à escuridão, ao marasmo que foi o ano de 2003, o relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino, que nos permite pelo menos a expectativa de que, a partir de 2005, haja melhoras na situação desta geração, que espera que isso aconteça ainda neste Governo.

Desafortunadamente, o partido que está no poder, o PT, não percebeu o alcance do relatório, que conta com o nosso total e irrestrito apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, Sr. Senador Roberto Saturnino, Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar minha intervenção lendo frase publicada no *Jornal da Câmara* de hoje: “*Não é razoável praticar o superávit que estamos praticando, pagar os juros que pagamos, e a relação dívida versus PIB ficar praticamente inalterada*”. São palavras do Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, a quem muito respeito pela dedicação e competência com que vem conduzindo os trabalhos da Câmara.

Essa declaração mostra a contradição hoje reinante no Governo. Um braço dele defende a elevação do superávit; o restante, uma boa parcela, posição contrária. A sociedade precisa de um discurso claro. Vamos continuar a política praticada nos 8 anos passados, que nos levou a um crescimento pífio e praticamente não alterou a renda *per capita* dos brasileiros nem melhorou suas condições de vida, ou vamos partir para uma mudança efetiva, tal como anunciado pelo Presidente?

Muitos Deputados da base aliada passam o tempo a cobrar tal mudança. Pois o Relator, muito propriamente, introduziu o conceito no relatório, visando exatamente diminuir a relação dívida/PIB, que, como bem disse o Deputado Sérgio Miranda, especialista na questão orçamentária e muito próprio em suas considerações, em nada se alterou.

Terminamos 2002 com 56% e 2003 com cerca de 58,8%, se não me engano. Pagamos 140 bilhões de juros e investimos 3 bilhões e 200 milhões, somente com recursos do Tesouro. Essa é, realmente, uma equação que não pode permanecer. Evidentemente, alguém pode vir a dizer que essa relação está estagnada. Muito bem, se isso for verdade, mas qualquer crise externa poderá vulnerabilizar a política monetária e macroeconômica do Governo Federal. Basta uma crise — o Governo Fernando Henrique passou por 3; este Governo não passou por nenhuma, tem navegado em céu de brigadeiro.

Portanto, parabênzo o Relator, que sinaliza positivamente com a redução do superávit, de modo que possamos elevar nossa capacidade de investimento, que não virá somente, como imagina o Governo, com as PPP, até porque isso também tem outras implicações.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero que a retomada do crescimento realmente ocorra, pois, como bem diz o Presidente da Câmara, é a única esperança que resta aos brasileiros que passaram o ano iludidos com a idéia de que haveria crescimento. Hoje já se diz que também 2004 não será um ano de crescimento elevado, e que teremos de enfrentar, desde já, o corte orçamentário, que desautorizou até mesmo o Relator do Orçamento deste ano, o nobre Deputado Jorge Bittar. Reiteradas vezes enfatizou S.Exa. que não haveria contingenciamento, e, no entanto, assistimos agora ao contingenciamento de cerca de 30% do investimento — se acrescentarmos o custeio de áreas como Saúde e Educação, que sabemos muito bem não poderão ser feitos, certamente o Governo vai ampliar ainda mais os cortes no investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, quero elogiar o relatório do Senador Roberto Saturnino, que consegue fazer uma boa análise do momento político-econômico que vivemos e apresenta um indicativo de futuro do nosso País.

Outra questão é que tenho ouvido as críticas da Oposição. Entendo-as muito mais como autocrítica do que como crítica ao nosso Governo. Qual é a moral de alguém da Oposição para criticar o pagamento do serviço da dívida criada no Governo deles? Quando foi editada a medida provisória do Plano Real, a dívida interna era de 60 bilhões; no final dos 8 anos de mandato FHC, era de mais 800 bilhões. E essa dívida tem juros a serem pagos. Como eles podem criticar? Por isso, entendo como autocrítica.

A estimativa de inflação para dezembro de 2002, mantido o caos econômico que se desenhava, era de 60%. O Governo assume e promove a estabilidade. Como disse o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, criticando uma taxa de juros acima de 20%, hoje a taxa de juros é de 16%, a mais baixa nos últimos 10 anos no Brasil.

Portanto, para se criticar o momento econômico atual, a análise não pode ser feita com um corte horizontal. Tem de se analisar o processo histórico verticalmente. O que se vive hoje é resultado de um processo histórico e econômico construído pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, tão bem sustentado por aqueles que hoje estão na Oposição.

Volto a elogiar o relatório que mostra o crescimento. O Relator faz uma análise implícita da crítica ao superávit que está ocorrendo. Parabenizo o Senador por essa análise. Implicitamente S.Exa. faz uma crítica ao modelo econômico que tantos de nós criticamos e faz um indicativo da mudança desse modelo oferecendo uma perspectiva de futuro para o País.

Por isso, parabenizo o Senador e entendo as críticas da Oposição como uma autocrítica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, permita-me uma preliminar, uma avaliação nossa. Quando o Presidente Lula imaginou o Programa Fome Zero, deve ter pensado assim: “*Brasil, um País sem fome*”. Meu caro Relator, mantida essa teimosia da equipe econômica, ao invés de “*Brasil, um País sem fome*”, teremos “*Brasil, um País sem jeito*”.

Parabenizo o Relator pela sua determinação, pela sua coragem, pelo seu espírito público e pela sua firmeza na questão do superávit primário. O Deputado Sérgio Miranda demonstrou claramente que é possível reduzir o superávit primário e pensar em crescimento, já que é possível manter decrescente aquela relação PIB/dívida. O Deputado Sérgio Miranda foi claro, e o relatório também é muito claro quanto a essa questão. Mas o Governo insiste em transformar o Brasil em um país sem jeito. Quer, teimosamente, manter o superávit em 4,25 e, quem sabe, até aumentá-lo futuramente. Não sei.

Temos divergências em alguns pontos, meu caro Relator, e já dissemos isso de forma muito clara. Permita-me enumerá-los. Há a questão do nível do detalhamento. V.Exa. também faz crítica ao Governo pela falta de regionalização do PPA. Apenas 18% dos recursos estão regionalizados, e isso não traduz, de forma clara, a obrigação constitucional de combater as desigualdades



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

regionais. V.Exa. teve outro momento de coragem ao ousar alterar todos os artigos do projeto do Governo. Para mim, é um reconhecimento da incapacidade de planejamento daquele.

Quanto à questão do salário mínimo, tenho a impressão de que o Governo não a está tratando como deveria. V.Exa. inseriu um anexo ao relatório, que depois foi retirado, mas que determinava um tratamento especial ao salário mínimo. Parece-me que, se não é aquilo que o Governo pensa, é algo muito próximo. O Presidente Lula prometeu, durante a campanha, reajuste real do salário mínimo em 100% durante o seu Governo. Foi de quase zero, na primeira oportunidade, e quase zero na segunda. V.Exa. inseriu, depois retirou, a possibilidade de reajuste real próximo de 3%. Quase zero mais quase zero dá quase zero, enquanto 3 mais 3 dá 6. O Presidente Lula vai terminar o Governo devendo aos trabalhadores algo próximo de 90% de reajuste real do salário mínimo.

O Deputado Gilmar Machado não concorda. Naturalmente, vamos ter ações do caro colega para corrigir isso. A impressão que temos é de que o índice de reajuste do salário mínimo nos 4 anos de governo vai empatar com o índice de popularidade do Presidente Lula no quarto ano de governo, que está caindo a uma taxa de 18% ao ano. Então, no final de 4 anos, o reajuste real do salário mínimo deverá ser algo entre 7 e 8% e a popularidade do Presidente Lula deverá estar na mesma faixa.

Feitas essas considerações, meu caro Relator, quero dizer que vou votar favoravelmente ao relatório de V.Exa. pela coragem, pelo desprendimento e pela disposição de demonstrar matematicamente que é possível retomarmos o crescimento baixando esse superávit primário e recuperando os investimentos públicos, sobretudo nas regiões mais pobres do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA - Sr. Presidente, abro mão do meu tempo para votarmos imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, que voltou ao plenário.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. determinasse ao serviço de som que aumentasse o volume, porque nem eu mesmo estou ouvindo a minha voz. *(Pausa.)*

Melhorou. Obrigado.

Sr. Presidente, ouvi atentamente os Srs. Parlamentares que discutiram, até agora, a proposta do substitutivo do Plano Plurianual do Senador Saturnino. Muitos se fixaram na redução do superávit primário proposta pelo Relator. Essa questão, Senador Saturnino, é emblemática. Eu também gostaria de fazer minhas as palavras de V.Exa.

Esse superávit primário é impossível de ser praticado por um país com a taxa de crescimento do Brasil. Entendemos que não haverá crescimento do PIB e redução da dívida pública se mantivermos o superávit primário nos níveis em que se encontra, mesmo porque os juros aqui praticados inibirão qualquer proposta de crescimento.

V.Exa. propõe no parecer um crescimento de 3,5% do PIB para 2004. Mas na Lei Orçamentária já utilizamos 4%. Veja bem: se o Brasil crescer 4% em relação ao PIB, partindo de uma dívida nominal pública de 58,5%, no ano que findou, e se tivermos uma taxa de juros implícita de 8,1%, proposta por V.Exa, teremos, ao cabo de 2004, não os 58,1% propostos por V.Exa, mas 61,46%, Senador Saturnino. Temos, para o ano de 2004, primeiro ano em que podemos vislumbrar com mais facilidade o horizonte, os pressupostos que V.Exa. utilizou aqui e os 4% que nós utilizamos no Orçamento, Deputado Virgílio Guimarães.

Portanto, há um equívoco. Não haverá decréscimo da dívida pública do País, conforme atesta V.Exa. em seu parecer; ao contrário, essa dívida será crescente. E continuaremos nessa ciranda ruínosa para o Brasil, que é o desinvestimento e a falta de crescimento. Se isso não bastasse, temos ainda a redução drástica da renda dos brasileiros. Não falo mais nem no salário mínimo, já defendido aqui pelo Deputado Machado. O seu Governo prometeu duplicar o salário mínimo em 4 anos. Mas vejo, caro Senador Saturnino, uma outra questão grave. Se o relatório de V.Exa. for derrotado agora nesta Comissão, como o Governo vai recompor as suas receitas para manter o nível de investimento proposto por V.Exa?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos um problema grave, Deputado Rodrigo Maia, na elaboração dessa proposta, ou eventualmente se trata de um substitutivo à de V.Exa? Precisamos recompor os investimentos que V.Exa. propôs. E como vamos fazer isso se não há uma reestimativa de receita enviada pelo Executivo para esta Comissão? Como vamos fazer essa reestimativa de receita, Deputado Virgílio Guimarães? Pergunto mais uma vez ao Relator.

Tenho muitas outras coisas a dizer, mas ainda chamo a atenção, objetivamente, para as obras emergenciais, as quais não poderão deixar de ser incluídas no relatório de V.Exa., sob pena de termos que aditar o parecer muito antes do ano para o qual estamos propondo a revisão anual, juntamente ou logo depois da LDO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Relator, Senador Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero agradecer as expressões ao Deputado Sérgio Miranda e concordar com S.Exa. quanto ao fato de que o Plano Plurianual, assim como o Orçamento, deveriam conter uma análise e uma projeção da política de tratamento da dívida pública.

Trata-se, obviamente, de uma variável decisiva na composição das despesas públicas, por conseguinte do investimento público e do comportamento da economia. É uma falha. Pretendo, Deputado Sérgio Miranda, propor brevemente, por meio de indicação, a constituição de um grupo de trabalho para reexaminar toda a elaboração do sistema orçamentário e do próprio Plano Plurianual, a fim de incluir obrigatoriamente essa questão do tratamento da dívida. Concordo com V.Exa. em que a questão deveria constar, sim, dessa importante peça. A amortização da dívida é uma despesa de capital, sem dúvida alguma, que constitucionalmente deveria constar no Plano Plurianual.

O Deputado Mendes Thame fez considerações sobre o superávit, as dívidas e os juros com as quais concordo inteiramente. Aproveito a oportunidade para agradecer a S.Exa. as referências ao meu relatório. O Deputado Luiz Carreira, da mesma forma, fez considerações sobre a relação dívida/PIB, que é a variável principal. Temos sempre de olhar não propriamente a dívida, em absoluto, mas a sua relação com o PIB.

O Deputado Dr. Rosinha falou da importância da dívida herdada pelo Governo Lula. Também estou inteiramente de acordo com suas considerações e agradeço as referências a S.Exa. Ao Deputado Machado quero agradecer as expressões que usou sobre o meu relatório.

Com relação às divergências, como falei, respondendo ao Deputado Sérgio Miranda, o sistema orçamentário precisa passar por um processo de revisão. Pretendo propor, por meio de indicação, um grupo de trabalho que faça a revisão da diretriz geral do Plano Plurianual. Ele realmente precisa ter um nível de detalhamento muito menor e conter a questão da regionalização. Acho que as observações que S.Exa. aponta como divergências ao meu relatório são justas. Não foi possível atender desta vez, mas numa revisão sobre o sistema orçamentário como um todo, que temos de fazer, é preciso levar em conta o que S.Exa. disse. E quanto às preocupações com o salário mínimo, tenho a dizer que delas também compartilho.

Finalmente, o Deputado Pauderney Avelino aponta a questão do superávit como emblemática, mostrando que o importante é a relação com o PIB. Quer dizer, a relação dívida/PIB é que importa, uma vez que traduz o equilíbrio da economia. Quando cresce essa relação, a economia está evidentemente desequilibrada, como há pouco. Agora está se caminhando para uma estabilização dessa relação com declínio, ainda que suave. Isso é importante para caracterizar a estabilidade da economia.

A indagação de V.Exa. sobre a recomposição das receitas fica no ar. Tenho notícia de que há uma revisão sendo elaborada, embora a desconheça. Confio na previsão de receita elaborada pelo Comitê de Receita e por sua competente assessoria, que apontou para os números que constam do meu relatório.

Quanto às obras emergenciais, o que posso dizer a V.Exa. é que a maioria delas não teria necessariamente de constar no Plano Plurianual. Entretanto, poder-se-ia futuramente colocar no Plano Plurianual algum fundo, ainda que não muito substancial, para atender a obras



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emergenciais decorrentes de calamidades. Penso que a maioria das obras, nesse caso, são de curta duração e, portanto, não necessitariam nem deveriam constar do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Encerrada a discussão, está aberto o prazo para apresentação de destaques.

Passamos à votação do parecer do Sr. Relator.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, pelas razões já expostas pelos partidos da base do Governo, encaminhamos o voto “não”, com todos os elogios já feitos, mas com uma divergência que pretendemos corrigir. Trata-se de aperfeiçoamento que queremos fazer num segundo momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Como encaminhou o PT?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - “Não”.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Está certo, Deputado Virgílio Guimarães?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Objetivando o aperfeiçoamento, o nosso voto é “não”.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - O PT vai votar “não”? O PT está tonto mesmo, não é Sr. Presidente? A crise Waldomiro deixou o PT tonto. Não estou entendendo esta votação.

O PT é maioria e, portanto, responsável pela indicação do Relator. Mas não sei qual será o resultado da votação, porque, pelo jeito, o Plenário está meio dividido. Causa-me estranheza o PT indicar o Relator e votar contra o seu parecer.

Não vou discutir o relatório, Senador Saturnino, porque nada disso é relevante se não tivermos condição de discutir o ponto mais importante e que levará a base do Governo a rejeitar o seu relatório: o superávit primário. Se o Governo não tem coragem de discutir a importância dos investimentos públicos no desenvolvimento deste País e principalmente na geração de empregos, nada é relevante. Como aconteceu em 2002 e 2003, esse superávit, principalmente o apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, inviabiliza qualquer país pensar em criar uma infra-estrutura econômica e social viável para voltar a crescer.

É simplesmente por esse motivo que o Partido da Frente Liberal acompanha o relatório de V.Exa. Sem a discussão da redução do superávit primário, não há condições de tornar viável seja o PPA, seja o Orçamento, seja qualquer investimento que o Governo queira realizar nos próximos anos no País.

Por sua coragem de colocar no relatório a discussão do superávit, acompanhamos o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Acompanho a orientação do Líder do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pelo PMDB, concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, tenho pena do Senador Roberto Saturnino. Aliás, tive pena de S.Exa. e de nós todos no dia em que fomos ao PRODASEN assistir ao espetáculo do Orçamento Participativo.

Em novembro, disse ao Senador que S.Exa. não conseguiria aprovar o Plano Plurianual antes do Orçamento, porque esta Comissão não tem interesse no PPA nem no aspecto macro do Orçamento. A maioria dos Parlamentares que compõem esta Comissão vem aqui apenas defender as emendas de seus Municípios. Não culpo os Parlamentares por esse fato, pois eu mesmo só me elejo porque consigo mandar recursos para os meus Municípios.

Por várias razões, gostaria muito de votar com V.Exa., Senador Saturnino. A primeira delas é a sua independência de espírito. A segunda é o fato de que a promessa do Governo de empenhar 1 milhão e 500 mil de cada Parlamentar não foi cumprida. O Governo também, pelo menos em relação a mim, que sou de sua base e tenho votado sempre com ele, não cumpriu a promessa de liberar 700 mil reais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Gostaria de votar com V.Exa., mas a minha Liderança me diz que devo votar com a base. Dessa forma, com muita pena, encaminho o voto contrário ao parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pelo PP, Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, ouvimos atentamente as manifestações dos Srs. Parlamentares, sobretudo daqueles que estão há tempos nesta Comissão e acompanharam os trabalhos do Senador Roberto Saturnino durante todo esse período.

É bastante difícil para nós nesta hora fazer uma segunda opção, até porque não há reparo a ser posto no parecer do Senador. Muito pelo contrário, precisamos enaltecer e elogiar seu trabalho, sua coerência, seu comportamento e, principalmente, seu respeito por todos nós, porque o compromisso assumido desde o primeiro momento foi mantido até a apresentação do relatório. Todos os aspectos foram discutidos conosco, e em nenhum momento S.Exa. deixou de honrar ou de cumprir os compromissos estabelecidos.

Lamento profundamente, Senador, que seu relatório não seja aprovado. Por recomendação da minha Liderança, oriento o voto contrário, mas, de coração, estou com V.Exa.

Quicá tenhamos no futuro Relatores com seu gabarito, com sua grandeza, com seu comportamento, com sua dedicação e simplicidade. Em todos os momentos V.Exa. soube ouvir, transigir e aceitar. Por isso, fez uma peça que era exatamente a que queríamos, até porque o compromisso era o de que o seu relatório seria a imagem e semelhança do Orçamento Geral da União. Se o Relator Jorge Bittar fez as alterações que queria, não entendo por que V.Exa. não pode fazê-las.

Como não entendo muito de economia, devo ficar calado. Entretanto, o que ficou acertado é que seu relatório seria a imagem e semelhança do trabalho do Deputado Jorge Bittar, tanto que seria feito *pari passu* à apresentação e discussão do Orçamento Geral da União.

De coração, repito, estou com V.Exa., mas lamentavelmente, vou ter de acompanhar a orientação do meu partido.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, o Líder do PFL, Deputado Rodrigo Maia, exercendo a liderança do partido, já encaminhou voto favorável ao parecer do Relator, Senador Roberto Saturnino.

Aliás, aproveito o ensejo para prestar minha homenagem ao Senador, mostrando e provando, com os números fornecidos pelo Governo e constantes do parecer, que S.Exa. tem razão quanto à redução do superávit primário.

Se utilizarmos, em 2004, a dívida nominal de 2003 — de 58,5% — e considerarmos o crescimento de 4% do PIB, a relação dívida/PIB será de 56,25%. Se multiplicarmos esse percentual pela taxa real de juros que o próprio Relator busca para 2004, de 8,1%, chegaremos a 60,8%. Se incluirmos os esqueletos, como o reconhecimento dos passivos contingentes, de 0,66%, arredondados para 0,7%, chegaremos a 61,5%. Se deduzirmos desse percentual os 58,1% relativos à meta da dívida líquida do setor público para 2004, teremos, portanto, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, apenas 3,4%, que seria o superávit necessário, conforme os números constantes do parecer do Relator.

Portanto, Senador, presto minha homenagem a V.Exa. e acrescento que estamos perdendo uma grande oportunidade de estabelecer um marco, um limite, para a redução do superávit primário. Fixar tal superávit em percentual superior a 3,40% é excesso. Esse dinheiro será esterilizado, o que impedirá o Brasil de ver realizados os investimentos de que necessita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Está iniciado o processo de votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer deverão permanecer sentados. Os que dele discordam deverão levantar os braços.

Em votação o parecer, com as alterações decorrentes dos adendos e das erratas, ressaltados os destaques, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ganhamos, Sr. Presidente!

Senador, V.Exa. não vota, não! Agora só votam os Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Rejeitado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O parecer não vai ao Senado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, podemos registrar que votamos a favor? Gostaria de registrar que votei a favor.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. pode registrar os votos, por favor? Gostaria que V.Exa. registrasse os votos a favor do parecer do Senador Roberto Saturnino.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - O Deputado Rodrigo Maia votou favoravelmente ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O parecer foi rejeitado, contra os votos dos Deputados Ricardo Barros, Rodrigo Maia...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Os Deputados do PFL votaram com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - ...Laura Carneiro, Pauderney Avelino, Júlio César, Machado, Eduardo Sciarra e Sérgio Miranda.

Conforme entendimentos das Lideranças, designo o Senador...

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. tem de nomear o Relator do vencido.

A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ainda que a votação não tenha chegado ao Senado — o parecer foi rejeitado na Câmara —, desejo registrar meus parabéns ao Senador Roberto Saturnino pelo parecer elaborado.

Parabenizo S.Exa. inclusive pela sua preocupação relativa à necessidade de se mudar a forma de elaborar o Orçamento, de modo a tornar regional o que hoje é tratado como nacional. Somente dessa forma alcançaremos um dos megaobjetivos que V.Exa. tão bem soube citar: o crescimento ambientalmente sustentável, com geração de empregos e renda e redução das desigualdades regionais.

Só conseguiremos diminuir as absurdas desigualdades regionais no País — falo como uma Senadora do Pará — se realmente destrincharmos o Orçamento, principalmente no que diz respeito ao nacional, e o transformarmos em um Orçamento regionalizado, como deveria ser.

Registro, portanto, mais uma vez, meus parabéns ao Relator, Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, associe-me à Senadora Ana Júlia e a tantos outros Parlamentares que elogiaram o parecer do Senador Roberto Saturnino.

Manifesto também minha posição extremamente favorável aos aspectos fundamentais do parecer, inclusive no que diz respeito à intenção do Relator de buscar reduzir o superávit primário.

Acredito que a divergência entre o parecer do Senador Roberto Saturnino e a intenção da bancada do PT e do próprio Governo esteja mais na forma de se alcançar a redução do superávit do que propriamente no objetivo de reduzi-lo.

Entende o Governo — e pessoalmente estou de acordo — que este é um importante momento da economia brasileira. No ano passado fizemos um grande sacrifício, com elevação do superávit primário e dos juros, medidas aqui criticadas, mas necessárias, porque a inflação anual projetada em janeiro de 2003 estava chegando a 40% ao ano.

É muito fácil fazer discurso *a posteriori*. A verdade dos fatos é que a economia brasileira está voltando ao seu eixo e criando condições para o crescimento sustentável. À medida que a economia crescer, a cada ano, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderemos examinar a possibilidade de reduzir gradualmente o superávit primário deste País, mantendo os fundamentos da economia bem equilibrados, com a relação dívida/PIB convergindo para os 50%, percentual que todos desejamos. Este é o pensamento do Governo e também o meu.

O fato de divergirmos quanto à forma de realizar a redução do superávit em hipótese alguma retira o grande mérito do parecer do Senador Roberto Saturnino, que teve também a qualidade de suscitar este debate, tão necessário para a sociedade brasileira.

Parabéns, Senador!

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, quero apenas caracterizar o voto do PSDB, que foi favorável ao parecer do Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Constará em ata, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União aprovou, na sessão de 11 de fevereiro, acórdão em que tece críticas bem aprofundadas ao Projeto de Lei do PPA.

No exercício de sua função constitucional, o Tribunal de Contas da União, entre outros aspectos críticos, levantou a seguinte questão: existem 39 programas sem indicadores, 137 programas com deficiência nos atributos dos indicadores e apenas 146 programas com todos os atributos dos indicadores. Além disso, há indicadores com problemas de data, de referência e de meta. Com problemas de data, há 241; com problemas de referência, 221; com problemas de meta, 211.

O acórdão conclui pelo seguinte: “... encaminhar ao Governo a elaboração de novos indicadores de desempenho; corrigir as inconsistências das metas físicas dos projetos; apurar os atributos ainda não definidos para os indicadores...”

A pergunta que faço a V.Exa. é se nós, ao tomarmos conhecimento dessa decisão do TCU, não devemos, nós mesmos, fazer as devidas correções. Não podemos dizer que desconhecemos o acórdão daquele Tribunal, pois se trata de documento público.

Agora, que será nomeado outro Relator para o PPA, será que V.Exa. poderia determinar que sejam atendidas as sugestões do Tribunal de Contas da União?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nesse caso, nobre Deputado, queremos ouvir as Lideranças, para que haja uma idéia formal da posição que deveremos tomar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. nos esclarecesse o procedimento a ser adotado quanto ao encaminhamento do novo parecer. Desejo saber se as emendas que apresentamos continuam válidas; se devemos aguardar a apresentação do novo parecer e reapresentá-las; e qual é o cronograma de votação do PPA com o novo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos agora designar o Relator da redação do vencido: Senador Sibá Machado.

Desde já, declaro prejudicados os destaques apresentados ao parecer do Senador Roberto Saturnino. Não estão prejudicados os destaques referentes ao projeto de lei e às emendas.

Aguardaremos apenas a nomeação do Relator e a reunião dos Líderes, que será realizada a seguir, para decidirmos pela inclusão ou não das determinações do Tribunal de Contas no parecer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, as emendas continuarão a valer? Foi isso que V.Exa. disse? Os destaques e emendas apresentados ficam mantidos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ficam mantidos. Estão valendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. fará agora a designação do novo Relator e, logo depois, apresentado o novo parecer, nós o votaremos. É isso que V.Exa. está dizendo?

V.Exa. vai realizar uma reunião de Líderes? Parece-me que já houve um início de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Quando o Senador Sibá Machado apresentar seu parecer, nós vamos conceder meia hora para a apresentação de destaques ao texto. Além dos novos destaques, valerão os anteriores também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, V.Exa. vai abrir um prazo de 30 minutos.

Requeiro a V.Exa. que, caso resolvamos votar hoje o parecer, ressalvados os destaques — acredito que é nesse sentido o acordo —, estenda o prazo de discussão do documento, a fim de que os Deputados e Senadores possam, minimamente, ler a peça e dela tomar conhecimento.

Se vamos votar o parecer, ressalvados os destaques, que se estenda o prazo para apresentação dos destaques.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o acordo que me foi passado pelo PFL é no sentido de que os destaques serão votados amanhã.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Gostaria apenas de fazer uma observação, Sr. Presidente.

Os destaques, na realidade, só podem ser discutidos depois da apresentação do parecer. Nós estamos falando em destacar algo de um parecer que ainda não existe. O parecer do Senador Roberto Saturnino foi rejeitado. Atualmente, não existe parecer. Em tese, neste momento, não existe parecer. Portanto, não existem destaques também.

Após a apresentação do novo parecer, se for constatado que os destaques são adaptáveis a ele, aceitaremos que sejam acolhidos. Mas, neste momento, não há parecer, não há destaques, não há coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, sugiro — ou melhor, considerando o fato de ser V.Exa. tão experiente, não sei se posso sugerir-lhe algo — que V.Exa. aguarde a nomeação do Relator do vencido para que ele se pronuncie sobre o que pretende fazer. Temos de considerar, inclusive, os pronunciamentos feitos nesta reunião, em sua totalidade elogiosos ao parecer do Senador Roberto Saturnino.

Como votamos o parecer, ressalvados os destaques, eles não morreram. O que está destacado não está superado, porque nós votamos o parecer, ressalvados os destaques. Ora, se o novo Relator porventura preservar o parecer do Senador Roberto Saturnino — e espero que o faça — na essência e na sua quase totalidade, poderemos votar apenas as partes em que houver manifestação no sentido da mudança. Nesse caso, o Relator poderá tranquilamente analisar os destaques.

Por isso creio ser mais adequado aguardarmos a nomeação do Relator do vencido, para que ele nos informe sobre como pretende trabalhar. Depois, finalmente poderemos nos posicionar a respeito de horários, prazos etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado, designado Relator do vencido, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de tudo, agradeço profundamente todas as referências e expressões elogiosas ao parecer que apresentei, vindas tanto dos que o aprovaram quanto dos que o rejeitaram.

Sinto-me recompensado pelo meu esforço e pelo meu trabalho, assim como pelo de todos os que me auxiliaram na produção do parecer, sem cujo concurso não teria conseguido elaborá-lo.

Aproveito para dizer que a minha firmeza — ou a minha teimosia — em manter a proposta da redução do superávit não é pirraça, mas uma advertência. Ela vem de minha profunda convicção de que é o melhor para o País. Para chegar a tal conclusão, ponho o interesse nacional acima dos interesses partidários e mesmo acima dos do Governo. Trata-se da opinião de alguém que não é economista, mas que observa a economia brasileira há 50 anos; alguém que chegou à definitiva conclusão de que, sem a retomada do crescimento, não há possibilidade de enfrentarmos os problemas sociais absolutamente urgentes e indeclináveis que angustiam esta Nação.

Não há condições de retomarmos o crescimento brasileiro sem realizarmos investimentos públicos, especialmente em infra-estrutura, em proporções adequadas. No período áureo do nosso crescimento, os investimentos públicos ultrapassaram 10% do PIB. Hoje eles representam muito menos de 1%. É preciso elevá-los substancialmente, ainda que não possam mais ser de 10%, para obtermos algum tipo de crescimento.

Reconheço, por outro lado, que o Governo realmente recebeu o País em situação extremamente difícil e teve de adotar receitas pesadas; teve de usar a prudência.

A esse respeito, aliás, há algo que eu gostaria de ressaltar: é difícil julgar a dose de prudência adequada. Eu, por exemplo, na minha proposta, acredito que a usei adequadamente ao propor a gradativa redução do superávit.

A prudência é uma virtude, sim, mas há 2.500 anos Aristóteles já classificava as virtudes e dizia que todas elas têm de ficar no meio-termo, têm de ser aplicadas com moderação. Virtude em excesso ou falta de virtude não é virtude, mas inconsistência e, às vezes, até negação da virtude.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Prudência demais é covardia ou falta de bom senso; prudência de menos é temeridade e também falta de bom senso. Achar a dose justa da prudência é complicado. Reconheço que há uma dose de subjetividade muito grande na escolha.

Agora vou emitir uma opinião absolutamente pessoal. Não tenho nenhum fundamento científico nem factual para dizer isso, mas entendo que, embora o Governo devesse agir com prudência, teve prudência excessiva no ano passado, 2003. Quanto à elevação dos juros àquele patamar, a meu juízo, não teria sido necessário ir tão longe e, depois, a manutenção por tanto tempo também não teria sido necessária. Creio que poderia ter havido uma redução dos juros, o que teria impedido a dívida de crescer tanto. Afinal, ela cresceu exatamente em razão da elevação dos juros.

Considero também que a manutenção do superávit nesse patamar é prudência excessiva, porque vai prejudicar o crescimento, sim, e vai nos colocar em situação de dificuldades em futuro não muito distante.

Ouvi de vários Deputados e da própria representação do Governo que, nas oportunidades de revisão do PPA, esse patamar de superávit primário pode ser revisto. Espero que isso seja feito. E me referi a isso com muito insistência, não por pirraça, como disse, mas como advertência, porque creio que se deva dedicar à questão redobrada atenção daqui para frente, para que, no processo de revisão do PPA, possa o Governo chegar à conclusão de que é realmente necessária a redução e chegar a um nível de prudência adequado à difícil situação que vivem a economia e a Nação brasileiras.

Sr. Presidente, encerro aqui a minha missão, mais uma vez agradecendo a todos os que comigo colaboraram: a Assessoria da Comissão de Orçamento, as assessorias do Senado e da Câmara e, especialmente, à minha assessora especial, Márcia Azevedo, que está ali. Agradeço ainda ao PRODASEN, que muito se esforçou para me auxiliar.

Espero que o resultado do meu trabalho produza o efeito positivo que quis obter com a manutenção da minha proposta.

Manifesto, por fim, meus agradecimentos a todos os nobres pares pelas expressões elogiosas que ouvi e por todo o alento que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Convido o Senador Sibá Machado a tomar assento à Mesa e explicar à Comissão que procedimento adotará no que diz respeito ao parecer.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, falarei sobre as impressões que tive do trabalho realizado pelo Senador Roberto Saturnino, liderança que nos inspira o maior respeito e a maior credibilidade.

O esforço de S.Exa., pelo que pude ler do parecer que apresentou a esta Comissão, fruto de todas as negociações realizadas aqui e no Colégio de Líderes, foi muito grande.

Em relação ao parecer que deverei apresentar, enfrento pequena dificuldade relacionada ao tempo e, por isso, gostaria de fazer uma consulta ao Plenário desta Comissão.

Primeiro, ressalto que é nossa vontade acatar quase a integralidade do parecer do Senador Saturnino. Ressalvaremos, em sua maioria, os pontos que foram fruto de acordo do Colégio de Líderes e um dos pontos que resultantes do rico debate da Comissão, o que trata do superávit primário. Refiro-me à reestimativa de recursos; às alterações do projeto de lei; aos dados que justificam a manutenção do superávit primário de 4,25%; às propostas de alteração do texto da redação geral do parecer, que tratam dos prazos da revisão das obras emergenciais — as quais, a nosso ver, devem estar contidas no parecer e também são fruto de acordo; às propostas relativas aos meios de comunicação. A isso se resumirá o novo parecer.

Como não estou com o texto em mãos, indago à Comissão se eu ainda disponho de algum prazo — o mais curto possível — para trazer a V.Exas., por escrito, o resumo do parecer.

A minha proposta é a de que esse resumo seja entregue a cada um dos Parlamentares e, a partir dele, iniciemos o debate para, em seguida, realizarmos a votação do parecer.

É a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Senador, há relevante questão que não está clara até o momento — evidentemente, quando V.Exa. trouxer o parecer, vai esclarecê-la: ao se definir a manutenção do superávit de 4,25%, haverá uma perda de receita de 27 bilhões, conforme calculamos na reunião de Lideranças. Evidentemente, é preciso que haja a informação, na coluna das despesas, sobre como esses 27 bilhões serão diminuídos da despesa, exatamente porque a receita disponível terá 27 bilhões a menos.

Outra questão que gostaria que V.Exa. verificasse com cuidado é relativa ao fato de que não ficou claro como o Orçamento de 2004, aprovado por meio da Lei Orçamentária de 2004, será inserido no novo PPA. Ele vai se somar ao PPA 2004/2007, no ano de 2004? O Orçamento já está aprovado; os valores a ele relativos já estão definidos. Verifiquei muitos casos em que determinado projeto tem, no PPA de 2004, valores inferiores aos aprovados na Lei Orçamentária. Então, não sei se isso vai se somar ou se haverá outra fórmula. É uma soma? A Lei Orçamentária vai ser somada ao PPA 2004?

São essas as duas questões mais importantes que apresento a V.Exa.

Creio que poderemos fazer uma reunião amanhã cedo e resolver isso no decorrer do dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, entendo a boa vontade do Senador Sibá Machado, por quem tenho o maior carinho, mas, efetivamente, o Partido da Frente Liberal gostaria que a matéria viesse a plenário e, portanto, fosse oficialmente entregue, publicada com o prazo de uma sessão, para que pudéssemos analisá-la e, finalmente, votá-la.

Felizmente, ela não será votada hoje, tendo em vista a necessidade de leitura da matéria por parte do PFL e a publicação, que é regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, o queridíssimo Deputado Alberto Goldman levantou questão que realmente precisa ser analisada.

Não se pode somar o Orçamento ao PPA. Se considerássemos o que já temos, seria necessário diminuir do Orçamento os 27 bilhões relativos ao superávit e cortar o mesmo valor do PPA. Como vamos somar esse Orçamento ao PPA? O Deputado Alberto Goldman tem total razão. Existem algumas rubricas no Orçamento superiores às do PPA.

Por isso, não teremos condições de analisar a matéria até amanhã. O Relator precisará de mais tempo para comparar as rubricas das duas peças, porque as constantes do Orçamento já foram aprovadas. S.Exa. pode até acrescentar recursos a elas, mas não pode delas tirar sequer 1 real. Isso é lógico!

Levanto outra questão: como ficam os destaques que existem no PPA, se temos que cortar 27 bilhões? Diversos destaques serão analisados pelo novo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Eles serão mantidos, aguardando o novo Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Precisamos arrumar uma bolha — o termo agora é este — que nos permita resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, seria bom que ficasse muito claro como vamos proceder de agora em diante.

Tendo sido rejeitado o parecer do Senador Roberto Saturnino, será designado outro Senador para relatar o vencido. O novo Relator não poderá inovar em nada naquele parecer; no seu voto — que, aliás, se chamará voto do vencido —, terá de se circunscrever aos assuntos discutidos aqui, e o resultado do seu trabalho não será mais votado na Câmara, pelo menos. Ele poderá até ser votado no Senado, mas na Câmara, não. É esse o procedimento adotado em todas as Comissões.

Portanto, o novo Relator poderá fazer a correção do superávit e, em consequência, fazer a correção dos valores das receitas e das despesas. Também poderá — e deverá — examinar os destaques às emendas e, de acordo com o seu juízo, aceitá-los ou não.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No seu voto do vencido, o Relator poderá também corrigir os erros de fato — e aí entra o problema citado pelo Deputado Goldman. Se houver algum caso em que o valor do PPA esteja inferior ao valor aprovado no Orçamento anual, é claro que terá de fazer a devida correção.

Temos de seguir esse ritual e obedecer às normas que mencionei. Não sei se existem outras, mas pelo menos essas são essenciais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero fazer um adendo, concordando com o Deputado Pedro Novais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Um minuto, Deputada. Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu, mais do que ninguém, empreendi enorme esforço para que pudéssemos votar o parecer hoje, a fim de que a matéria fosse ao plenário amanhã já com o texto publicado, distribuído. Dessa forma, antes do Carnaval, o PPA já teria sido aprovado.

Parece-me, porém, Sr. Presidente, que isso só seria possível se a situação fosse bem diferente da atual. O próprio Relator já havia me procurado mais cedo, alertando-me para a questão. Fiz um apelo a S.Exa. no sentido de que votássemos hoje o novo parecer. Inclusive tratei com aspereza a Maria Alice — a quem publicamente peço desculpas —, porque ela estava me alertando para a real situação. Maria Alice, muitas pessoas cometem indelicadezas publicamente e pedem desculpas em particular. Eu tratei você mal em particular e peço-lhe desculpas em público.

Isso tudo ocorreu porque eu estava realmente empenhado em votar hoje a matéria. É notório, porém, que não há condições de fazê-lo. Temos limites para agir e precisamos saber até onde podemos caminhar. O esforço foi feito. A boa vontade existiu. Mas querer do novo Relator um voto feito às pressas, parece-me, seria ultrapassar nossos limites, abrir uma exceção, criar jurisprudência, que, a meu ver, não agradaria a ninguém, sobretudo por estarmos tratando de matéria orçamentária.

O Orçamento de 2004 já recebeu quase 200 páginas de correções, de erratas, se considerarmos as tabelas inteiras. É claro que se considerarmos só as erratas, propriamente ditas, é 10% disso, o que já é muito.

Então, de certa maneira sentido por não ter conseguido o que me parecia melhor, admito que não será possível votarmos a matéria no tempo desejado.

Quem sabe o novo Relator faz o que pretendia, o que era idéia sua: apresentar o seu trabalho completo, impresso, e, aí, se houver tempo, votá-lo aqui. Depois, se houver um trabalho bem-feito, se as questões estiverem todas resolvidas, poderemos ir a plenário sem dificuldades.

Sugiro, portanto, que V.Exa. suspenda a reunião e que o Relator apresente o seu trabalho amanhã, para, se houver condições, votarmos amanhã mesmo.

Tenho certeza de que, agindo dessa forma, resolveríamos os pontos assinalados — não só o relativo ao superávit primário, mas também a outros que foram lembrados, como a revisão anual, importante para a Casa, conforme lembrou o Deputado Alberto Goldman.

Foi sugerida pelos Deputados Anivaldo Vale e Pauderney Avelino uma boa solução: a revisão anual do PPA, o que é um enorme avanço na força do Legislativo, no que se refere ao tema.

Precisamos rever o destaque feito pelo Deputado Pauderney Avelino a respeito do texto dos meios de comunicação. As tabelas referentes ao tema também têm de ser revistas.

Enfim, temos de tratar adequadamente as questões discutidas no Colégio de Líderes e que foram acordadas lá, bem como a questão mais momentosa, votada aqui e que o Relator poderia apresentar de forma mais acabada.

Dessa forma, eu, que fui mais que um lutador pela agilidade na apreciação da matéria — e, de certa maneira, forcei um pouco a situação para votarmos hoje —, sou obrigado a me render à realidade e abrir mão da minha pretensão. Vamos fazer o possível para votá-la amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, quero fazer uma observação: na reunião de Líderes, quando se decidiu votar o Orçamento antes do PPA, eu fui um dos que votou contra. Sempre achei que temos de votar o PPA antes do Orçamento, porque o PPA é um banco do Orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Hoje vemos essa necessidade concretizada. E faço este registro pensando no futuro, no próximo PPA. Daqui a 4 anos deveremos votar primeiro o PPA, a fim de evitar que aconteça outra vez o que estamos vendo hoje nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PFL deseja deixar bem claro que o parecer do Senador Roberto Saturnino, infelizmente, foi rejeitado. O mérito do parecer, da primeira à última página, foi derrotado. Portanto, cabe agora ao Relator do vencido elaborar novo parecer, que tem de atender a todos os prazos regimentais.

Além disso, desejo fazer a V.Exa. uma solicitação: como já estamos perto do início da Ordem do Dia e não há número regimental nesta Comissão, peço que V.Exa. encerre a reunião por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, não há possibilidade de votarmos amanhã o novo parecer. Precisamos de mais tempo, pois o material precisa ir para a gráfica e, depois, ser distribuído para os Parlamentares. Só então poderá haver outra reunião desta Comissão. No caso do PPA, é preciso respeitar o prazo de 3 dias úteis após a distribuição do parecer.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - O Senador Sibá Machado passará o carnaval brincando com o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Rodrigo Maia solicitou o encerramento da reunião por evidente falta de número regimental.

A solicitação de S.Exa. será atendida.

Antes, porém, convoco nova reunião desta Comissão para o dia 2 de março, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.